

Dia 27 Antonio Carlos lança sua proposta de combate à miséria

A idéia prevê que a arrecadação do novo imposto será aplicada por um Conselho Comunitário a ser fiscalizado pelo Governo

Antonio Carlos Magalhães disse ontem ao **Jornal de Brasília** que seu projeto de combate à pobreza não vai aumentar a carga tributária: "Acontecerá uma redistribuição de alíquotas, abrindo espaço para um novo imposto." Segundo o presidente do Senado, "tirar a fome das ruas", a partir de uma grande mobilização do País contra a miséria, não é uma tarefa exclusiva do Governo, mas de toda a sociedade. "Se isso não for feito com urgência, vamos ter uma crise social grave", advertiu.

Já em Salvador, para onde viajou na quarta-feira depois de lançar com grande impacto seu novo programa, Antonio Carlos acompanhou ontem os comentários sobre sua proposta e reagiu com veemência à acusação de Lula de que está fazendo uma óbvia jogada de promoção com fins eleitorais. "Não foi marketing nenhum. Venho pensando nisso há algum tempo. Esquecem que sou um político de base popular, e ando por municípios pobres da Bahia, conheço bem os bairros pobres de Salvador".

Assumindo seu gosto habitual pelos desafios, ele diz que está disposto a oferecer aos que desconfiam das suas intenções uma prova de que não está agindo por oportunismo: "Assumo o compromisso, caso este meu projeto seja aprovado, de que em 2002 serei única e exclusivamente candidato à renovação de meu mandato de senador pela Bahia".

Depois de uma pausa, saboreando a sua provocação: "Se o que temem é minha candidatura à Presidência da República em 2002, como argumentam abertamente meus adversários, eles podem ficar tranqüilos. Abro mão da autoria da idéia, renuncio à glória e honra de que meu nome batize a lei (como é praxe do Congresso, como a Lei Sarney, de incentivo à cultura) e vou até mais longe, deixo de assinar o projeto de lei a ser encaminhado à Mesa do Senado para que os líderes assinem. Fico de fora".

Antonio Carlos já sabe que repórteres procuram identificar os especialistas de marketing que o aconselharam e lembra que foi nos seus 17 dias de exílio em Porto Seguro (enquanto aguardava o desfecho do caso da Ford na Bahia) que parou para escrever as linhas gerais de sua proposta de combate à pobreza, depois encaminhada à assessoria técnica do Senado

para ser transformada em projeto de lei.

Sobre a aplicação dos recursos por um Conselho Comunitário, fiscalizado pelo Governo, admite: "Pode também ser o contrário, mas o melhor é que a sociedade seja fiscalizada pelo Governo", disse o senador. A primeira área de atendimento seria o combate à fome – "é preciso dar de comer a quem tem fome". O senador Antonio Carlos Magalhães cita também como possibilidade a aplicação dos recursos arrecadados em programas de complementação de renda, como o projeto de renda mínima, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy, e também programas habitacionais, em que os recursos seriam utilizados para a construção da infraestrutura e compra de material, e os beneficiários construiriam em sistema de mutirão.



Antonio Carlos: "Quem ganha 600 reais será isento. Mas quem ganha 1.500, pode dar 50 reais. Eu mesmo, poderia dar 20 mil, 30 mil, 50 mil, como a Votorantim, a Rede Globo, o Jornal de Brasília".